

Nota Breve 25.03.2024

Portugal – Mais um ano, mais um excedente histórico (contabilidade nacional)**Resumo**

- **O saldo consolidado do conjunto das Administrações Públicas (AP), em contabilidade nacional, ficou em 1.2% do PIB em 2023**, o que compara com um défice de 0.3% em 2022, e acima da última estimativa do Governo (0.8% do PIB, inscrita no OGE 2024).
- Destacamos:
 - Crescimento da receita fiscal e contributiva (8.7% homólogo)
 - Reversão da trajetória descendente dos encargos com juros, já antecipada (+23.3% homólogo, face a -10.1% em 2022)
 - Aumento do investimento público abaixo do estimado (+17.5%, face à última previsão que apontava para um crescimento superior a 24%)

Avaliação

- **O saldo consolidado das Administrações Públicas ficou em 1.2% do PIB** (o equivalente a 3,193.5 milhões de euros), o que representa uma melhoria substancial face a 2022 (-0.3% do PIB, -779.1 milhões de euros). Ao mesmo tempo, ficou acima da última previsão do Governo inscrita no Orçamento de Estado para 2024 e previsão do BPI Research (0.8% e 0.7%, respetivamente).
- **A receita aumentou 9% homólogo no ano**, o equivalente a um aumento de cerca de 9,530 milhões de euros face a 2022. Este crescimento pode ser desagregado em dois principais *drivers*. Em primeiro lugar, a receita fiscal, que explica mais de metade do aumento da receita total, ficou 960 milhões de euros acima da última previsão do Governo e mais de 5,000 milhões de euros se compararmos com a previsão inscrita no OGE 2023. Este comportamento é explicado quer pelos impostos indiretos, quer pelos impostos diretos. Ao mesmo tempo, as contribuições sociais explicam cerca de 30% do aumento da receita total, com um montante que fica 174 milhões de euros acima da estimativa do OGE 2024 e mais de 2,000 milhões de euros face ao OGE 2023. Por sua vez, não obstante o crescimento de quase 69% da receita de capital decorrente dos fundos da União Europeia, nomeadamente do PRR, esta rubrica acabou por ficar abaixo do esperado (em 354 milhões de euros face ao previsto no OGE 2024). No conjunto, o crescimento da receita total ficou abaixo do aumento do PIB nominal, o que explica a redução do seu peso em percentagem do PIB (de 43.8% em 2022 para 43.5% em 2023).
- **A despesa aumentou 5.2% homólogo em 2023** (+5,554 milhões de euros), um aumento explicado, principalmente, pelas despesas com pessoal, prestações sociais e juros. Destaca-se o comportamento deste último, que tinha vindo a reduzir nos últimos 8 anos e em linha com a política monetária na área do euro, e que passou de representar 1.9% do PIB em 2022 para 2.2% em 2023. A despesa total acabou por ficar abaixo do esperado em cerca de 440 milhões de euros se compararmos com o inscrito no OGE 2024 e 805 milhões de euros comparado com o OGE 2023. Apesar da execução acima do esperado no que diz respeito a outras despesas de capital (em mais de 1,100 milhões de euros face ao OGE 2024)¹, outras três rubricas explicam uma menor execução face ao estimado em outubro passado: o investimento ficou cerca de 580 milhões de euros abaixo do previsto (este valor ascende a cerca de 1,800 milhões de euros se compararmos com o que previa o Governo no OGE 2023), as prestações sociais ficaram 472 milhões de euros abaixo do previsto (+1,340 milhões de euros se compararmos com o OGE 2023), seguindo-se o consumo intermédio (-406 milhões de euros e -778 milhões de euros face ao OGE 2023).

¹ Estas despesas incluem vários efeitos, como, por exemplo, o impacto líquido negativo da reprivatização da Efacec, o registo de perdas adicionais de créditos não passíveis de recuperação detidos pela Parvalorem S.A e o impacto de uma decisão do Supremo Tribunal Administrativo quanto a um pagamento do Estado à EDP relativo a direitos de exploração de uma barragem.

- **As contas públicas parecem ter voltado a uma certa normalidade pós-pandemia, havendo que evidenciar a forte desalavancagem do setor neste período.** De facto, se compararmos com o registado em 2019, conclui-se que as prestações sociais, medidas em percentagem do PIB, perderam relevância (-0.7 p.p.), a par das despesas com pessoal (que pesam agora 10.5%, face a 10.8% em 2019), e que a despesa corrente primária, indicador-chave para analisar a despesa pública rígida, diminuiu também neste período (-0.3 p.p.). Outro aspeto interessante é que, apesar do aumento expressivo dos encargos com juros, o seu peso no PIB ainda está 0.8 p.p. abaixo do registado em 2019 e o investimento, apesar de constantemente sobre-orçamentado, aproxima-se dos 3% do PIB (atingiu o peso mais elevado desde 2012, excluindo o período da pandemia). Adicionalmente, importa olhar para as receitas das Administrações Públicas; neste ponto, é de realçar o aumento de 1 p.p. do peso da receita total no PIB, explicado pela receita fiscal e contributiva (cujo aumento neste período, de cerca de 27%, excedeu o crescimento do PIB nominal, de cerca de 24%) e também da receita de capital, influenciada pelos fundos provenientes da UE (com destaque para os concedidos no âmbito do PRR). Neste contexto, o saldo primário mantém-se excedentário e supera em 0.3 p.p. o registado em 2019, enquanto o rácio de dívida pública ficou 17.5 p.p. abaixo do registado no pré-COVID (99.1%), atingindo o rácio mais baixo desde 2009.

Execução Orçamental do total das Administrações Públicas

(% PIB)	2019	2020	2021	2022	2023	Variação 2023-2022		Variação face ao
						TVH %	Contributos	inscrito no OGE 2024
								(milhões euros)
Receita corrente	42.2	42.9	43.4	43.2	42.6	8.1	8.0	924
Receita fiscal e contributiva	36.6	37.3	37.3	37.8	37.5	8.7	7.5	1,135
Receita capital	0.4	0.5	1.2	0.6	0.9	68.9	1.0	-354
Receita total	42.6	43.4	44.6	43.8	43.5	9.0	-	564
Consumo intermédio	5.1	5.5	5.6	5.5	5.3	5.0	0.6	-406
Despesas com pessoal	10.8	11.9	11.6	10.7	10.5	7.6	1.8	14
Prestações sociais	18.1	20.0	19.3	18.5	17.5	3.4	1.4	-472
Juros	3.0	2.9	2.4	1.9	2.2	23.3	1.0	84
Subsídios	0.4	1.8	2.0	1.1	0.8	-25.5	-0.6	-215
Investimento	1.8	2.4	2.6	2.4	2.6	17.5	1.0	-579
Despesa total	42.5	49.2	47.5	44.1	42.3	5.2	-	-438
Despesa Corrente Primária	36.7	41.9	41.2	38.4	36.3	3.7	3.2	-354
Saldo Global	0.1	-5.8	-2.9	-0.3	1.2	-	-	1,003
Saldo primário	3.1	-2.9	-0.5	1.6	3.4	-	-	1,086
Dívida Pública	116.6	134.9	124.5	112.4	99.1	-	-	-

Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE e OGE 2024.

Banco BPI, SA - 2024

Vânia Duarte, BPI Research

e-mail: vania.patricia.duarte@bancobpi.pt

AVISO SOBRE A PUBLICAÇÃO “NOTA BREVE”

A “Nota breve” é uma publicação elaborada em conjunto pelo BPI Research (UEEF) e o CaixaBank Research, que contém informações e opiniões provenientes de fontes que consideramos fiáveis. Este documento possui um propósito meramente informativo, pelo qual o BPI e o CaixaBank não se responsabilizam em caso algum pelo uso que possa ser feito do mesmo. As opiniões e as estimativas são próprias do BPI e do CaixaBank e podem estar sujeitas a alterações sem prévio aviso.